



UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM SOBRE A QUESTÃO ALIMENTAR EM DOIS LIVROS DIDÁTICOS DO 7º ANO: ARARIBÁ MAIS GEOGRAFIA E EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS

Amanda Montenegro Murakami¹

Camila Campos de Lara Jakimiu²

INTRODUÇÃO

Parte-se do pressuposto que a questão alimentar compreende os modelos de produção, que por sua vez, determinam o acesso e a disponibilidade de alimentos. Atualmente, o sistema alimentar dominante caminha paralelo aos interesses do capital, de maneira que a cadeia agroindustrial passou a controlar a alimentação da população, fortalecido em uma relação de dependência das grandes empresas.

A concepção de cadeia agroindustrial está apoiada no ETC Group (2017), sendo caracterizada pela linearidade dos processos de produção até chegar ao consumo. Nesse contexto, a dominação de um modelo único de produção retira a autonomia dos povos, degrada os bens comuns da natureza e limita a diversidade de alimentos. Por outro lado, a agroecologia disputa a produção de alimentos por uma outra lógica, em busca de construir coletivamente a soberania alimentar.

Na educação, a questão alimentar é uma temática potente, pois é um ponto em comum entre as pessoas e deve ser abordado no livro didático de Geografia de forma crítica. No entanto, existe uma exaltação do modelo do agronegócio nos materiais didáticos públicos, a partir da menção positiva do mesmo e de “uma ausência seletiva de sujeitos sociais, étnico-raciais, de gênero, dos campos e das periferias” (Arroyo, 2013, p. 138). Fato concreto que dialoga com a perspectiva neoliberal de imposição para que os livros didáticos sejam estruturados a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um modelo de currículo prescritivo, que contém uma “lista de conteúdos e procedimentos a serem seguidos e executados em um determinado intervalo de tempo” (Giotto, 2017, p. 426).

¹ Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).



Considerando esta conjuntura, importa ressaltar que o Araribá foi o livro didático de Geografia para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) mais distribuído no ano de 2024 para a rede estadual do Paraná e, além dele, o livro didático Expedições Geográficas também é utilizado na rede estadual paranaense. Portanto, o objetivo geral do artigo é analisar a abordagem sobre a questão alimentar em dois livros didáticos do 7º ano, denominados Araribá mais Geografia (2022) e Expedições Geográficas (2022), no qual busca-se compreender a forma como a temática é tratada, a partir dos conceitos, exemplos e figuras utilizadas.

Do estudo realizado, pode-se constatar que apesar de temas importantes serem tratados, existe a ausência da abordagem crítica acerca das relações e tensionamentos que atravessam a questão alimentar, tais como, o papel preponderante das mulheres na produção de alimentos e a economia solidária, além da ausência da multidimensionalidade da questão agrária. Além disso, foi identificado que os livros didáticos utilizados na rede estadual paranaense são atravessados pela Pedagogia do Agronegócio, a qual, no âmbito da educação, busca fomentar um consenso na sociedade para consolidar a hegemonia do setor e assim defender seus próprios interesses políticos e econômicos.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, o trabalho adota os moldes da pesquisa teórico-bibliográfica de cunho qualitativo, sendo a área de abrangência a da Geografia Agrária com ênfase nos processos educativos, a partir de autores(as) da bibliografia especializada. Também utiliza-se a pesquisa documental (Cellard, 2008) que possui como base empírica o documento, o qual permite a pesquisa acerca da atividade humana em uma determinada época. Neste sentido, o estudo toma como objeto de análise o livro didático Araribá mais Geografia (2022) do 7º ano e o livro didático Expedições Geográficas (2022) do 7º ano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise realizada, foi possível identificar que o livro didático Araribá (2022) apresentou uma caracterização do que é o agronegócio, agricultura familiar, movimentos sociais do campo, entre outros, porém, não apresentou uma relação concreta com a questão alimentar, isto é, o que



acessamos, o que é produzido e, sobretudo, a relação complexa que temos com os alimentos. Ou seja, não aponta uma relação de "causa-efeito" da alimentação pouco diversa e inacessível do tipo de produção da cadeia agroindustrial em que o modelo do agronegócio está inserido:

Quadro 1 - Conceitos do livro Araribá (2022)

Conceito	Definição
Agronegócio	O agronegócio apresenta elevada produtividade pelo fato de empregar alta tecnologia nas diversas etapas da produção. Embora, em geral, seja praticado nos latifúndios em sistema de monocultura, voltado à exportação, muitas médias e algumas pequenas propriedades participam do agronegócio, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, por meio de cooperativas agrícolas. O agronegócio engloba atividades de processamento, industrialização, distribuição e comercialização de produtos da agropecuária, articulando os diferentes setores da economia. A agroindústria está inserida nesse sistema integrado de produção (Araribá, 2022, p. 107).
Agricultura Familiar	A agricultura familiar é a principal responsável pelo abastecimento do mercado interno e apresenta alta produtividade. Essa forma de produção agrícola emprega a maioria dos trabalhadores do campo e corresponde ao maior número de estabelecimentos rurais existentes no país. A eficiência produtiva e econômica da agricultura familiar é considerada superior à do agronegócio. Além disso, oferece a vantagem de degradar menos o meio ambiente. Muitos agricultores familiares, no entanto, sofrem dificuldades para manter a produção, como falta de acesso a financiamentos e baixa remuneração pela venda dos produtos (Araribá, 2022, p. 107).
Movimentos sociais do campo	A concentração fundiária agrava problemas relacionados ao desemprego, à miséria e à violência no espaço rural. Essa situação motivou a organização de movimentos sociais que reivindicam o acesso à terra. Entre eles, um dos mais conhecidos é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que reivindica a reforma agrária, ou seja, a redistribuição de terras e da renda agrícola como forma de reduzir a concentração fundiária e garantir melhores condições de vida aos trabalhadores do campo (Araribá, 2022, p. 110).

Fonte: Araribá (2022). Org. pelas autoras.

Além disso, não menciona em nenhum capítulo a Agroecologia, apenas a “Agricultura Orgânica”:

A agricultura orgânica, que não utiliza agrotóxicos, insumos industrializados e sementes modificadas geneticamente, tem crescido no Brasil e no mundo. Porém, os alimentos orgânicos ainda não são acessíveis à maioria da população devido aos preços, em geral mais elevados se comparados aos não orgânicos (Araribá, 2022, p. 110).



Esta definição possui restrições conceituais pois apresenta a produção orgânica como àquela sem agrotóxicos, mas, sem mencionar que pode ser feita em forma de monocultura por grandes empresas, concepção que não é suficiente para libertar as pessoas do sistema alimentar dominante.

Figura 1 - Feira de produtos orgânicos no Rio de Janeiro



Fonte: Araribá (2022, p. 37).

Destaca-se a discussão sobre a fome no livro didático Araribá (2022) na unidade VIII “Região Nordeste”, a qual traz em um texto complementar para o/a professor(a) um trecho da obra “Geografia da Fome” do professor, geógrafo e médico Josué de Castro:

Pelo Brasil afora, se tem a ideia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e da inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade [...] Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional, o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestina. [...] São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. [...] A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, **expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região** (Castro, 2002, p. 242-244 apud Araribá, 2022, p. 210).

No entanto, apesar de mencionar este trecho que é extremamente contundente, o livro não aborda de forma crítica a relação da fome com o modelo agroexportador do agronegócio, isto é, compreendendo que a fome é geográfica porque é socialmente produzida e retroalimentada pelo



poder dos atores hegemônicos, sobretudo pela burguesia agrária³ brasileira (Barros, 2018), isto é, por uma classe dominante que possui os meios de produção com o propósito de valorização do capital, formada por ruralistas, empresários rurais, latifundiários, pecuaristas, grandes proprietários de terra que detêm “capital agrário, capital agroindustrial, capital agrocomercial, capital financeiro e se organiza através de grandes empresas capitalistas” (Barros, 2018, p. 186).

Também não relaciona a fome com questões de raça e gênero, pois uma em cada cinco famílias chefiadas por pessoas pretas ou pardas enfrenta a fome, o dobro da taxa observada em famílias chefiadas por pessoas brancas. As famílias chefiadas por mulheres têm maior percentual de insegurança alimentar, com 19,3% convivendo com a fome, em comparação com 11,9% das famílias chefiadas por homens. O perfil das pessoas em insegurança alimentar grave é composto principalmente por famílias chefiadas por mulheres, indivíduos pretos ou pardos, com baixa escolaridade, desempregados e com renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Insegurança Alimentar, 2023).

Além disso, não evidencia o aumento da fome do país como um dos efeitos da Pandemia de Covid-19⁴, que durante o governo de Jair Messias Bolsonaro saltou de 19,1 milhões de pessoas no final de 2020 para 33,1 milhões em 2022, tendo em vista a desestruturação de políticas de segurança alimentar, tais como do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Bolsa Família (PBF) que foram substituídos por programas como o Alimenta Brasil e o Auxílio Brasil, considerados frágeis. Além disso, a má gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia resultou na redução da oferta de refeições de qualidade aos estudantes. Esta conjuntura aprofundou uma crise social já existente, fazendo o país retornar ao Mapa da Fome⁵ (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Insegurança Alimentar, 2022).

³ “A burguesia agrária não se vincula notadamente e apenas à produção agrícola direta, isto é, ao espaço da fazenda administrando a produção. Ela se amplia para todos os setores que estão articulados ao primeiro: fabricação de insumos, comercialização, fertilizantes, agrotóxicos, máquinas e ferragens agrícolas e, para além disso, em bancos, conglomerados de empresas, transnacionais, agroindústrias, grupos econômicos em plena conexão de diferentes capitais, em âmbito regional, nacional e internacional” (Barros, 2018, p. 186).

⁴ “No final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada a respeito do surgimento de uma variação do coronavírus na cidade de Wuhan, na China. A doença causada por essa variação ficou conhecida como Covid-19 e, em pouco tempo, se espalhou pelo planeta. Assim, em março de 2020, a OMS reconheceu que se tratava de uma pandemia. Ao longo dos anos de 2020 e 2021, surgiram variantes da Covid-19 que só puderam ser enfrentadas com o desenvolvimento de vacinas e com medidas de combate à circulação do vírus, como a higienização das mãos, o distanciamento social e o uso de máscara” (Araribá, 2022, p. 2019).

⁵ O Mapa da Fome é uma publicação da Organização das Nações Unidas (ONU), em que são listados os países com mais de 5% de sua população ingerindo menos calorias do que o recomendável. O Brasil havia deixado de fazer parte dessa lista em 2014, por reduzir em 82% a fome, a desnutrição e a subalimentação, no período de 2002 a 2013, segundo o estudo da ONU.



Por sua vez, o livro didático *Expedições Geográficas* (2022) está estruturado em oito unidades, sendo as unidades 1 a 3 uma caracterização geral sobre o Brasil, abordando temas como população, industrialização, formação do território e domínios morfoclimáticos. As unidades seguintes tratam de trabalhar a regionalização do Brasil, portanto, cada unidade diz respeito a uma das regiões, respectivamente: Região Norte, Região Nordeste, Região Sudeste, Região Sul e Região Centro-Oeste.

Comparativamente, o livro didático *Araribá* (2022) apresenta a Unidade III “Brasil: industrialização, urbanização e espaço rural”, com o “Capítulo 9 - Espaço Rural” que trata especificamente sobre o espaço rural e os respectivos conceitos apresentados no **Quadro 1**. Por isso, presume-se que as questões alimentares podem estar presentes nas temáticas envolvendo o espaço rural. De forma geral, os conteúdos sobre o espaço rural estão distribuídos dentro de cada unidade regional no livro didático *Expedições Geográficas* (2022), portanto, foram analisados os conteúdos presentes, principalmente, dentro dessas unidades.

Entretanto, os conteúdos que antecedem as unidades sobre cada região também apresentam alguns conceitos relacionados ao espaço rural e foram sistematizados no quadro a seguir:

Quadro 2 - Conceitos do livro *Expedições Geográficas* (2022)

Conceito	Definição
Expansão da fronteira agropecuária	Avanço da agricultura e da pecuária em terras antes não usadas para esse fim (<i>Expedições Geográficas</i> , 2022, p. 54).
Grileiro	Aquele que pratica a grilagem, ou seja, apropriação ilícita de terras ocupadas ou não por seus proprietários, posseiros, indígenas, por meio da expulsão destes e falsificação de documentos de propriedade. O termo tem origem em um antigo recurso de colocar documentos novos em uma caixa com grilos, para que, por meio dos dejetos desses insetos e de sua ação de roer os papéis, ficassem amarelados e roídos dando-lhes a aparência de antigos (<i>Expedições Geográficas</i> , 2022, p. 69).
Titulação	Regularização da posse de terra que garante a propriedade legítima e definitiva dela (<i>Expedições Geográficas</i> , 2022, p. 71).
Posseiro	Ocupante de uma propriedade sobre a qual não tem nenhum direito nominal, destinando-a ao seu sustento (<i>Expedições Geográficas</i> , 2022, p. 71).

Fonte: *Expedições Geográficas* (2022). Org. pelas autoras.

Dessa forma, é possível observar que esses conceitos estão mais relacionados com as questões que envolvem a disputa por terra, logo, não abordam a produção de alimentos e



principalmente a questão alimentar.

Ao longo das unidades temáticas sobre cada região foi observado que o livro didático Expedições Geográficas (2022) aborda algumas características relacionadas ao espaço rural e a questão alimentar:

Quadro 3 - Características mencionadas nas unidades sobre cada região do Brasil do livro Expedições Geográficas (2022)

Unidade	Características mencionadas
Unidade 4 - Região Norte	Intensificação da cultura da pimenta-do-reino, da juta e da malva a partir de 1930 (p. 122); entrada de grandes empresas agropecuárias a partir de 1974 e substituição do pequeno agricultor pela grande empresa rural ou pelo agronegócio (p. 130); disputas por territórios atingindo os povos da floresta (indígenas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores etc.); desmatamento causado pela expansão da fronteira agropecuária (p. 131); expansão da pecuária como responsável por 75% das áreas desmatadas; reservas extrativistas como garantia para prática de agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte (p. 137).
Unidade 5 - Região Nordeste	Zona da Mata açucareira é ocupada por latifúndios monocultores de cana-de-açúcar, área que vai desde o Rio Grande do Norte até próximo a Salvador (p. 148); Zona da Mata cacauera ao sul da Bahia, se destaca pelo comércio e exportação de cacau (p. 149); pescadoras/marisqueiras artesanais em Suape-PE são afetadas pela poluição industrial (p. 150); desmatamento no Agreste por conta da agricultura e da pecuária (p. 151); policulturas no Agreste - milho, arroz, feijão, mandioca, algodão, café, frutas tropicais e agave (p. 153); destaque para a criação de gado e fruticultura no Sertão e intensa desigualdade de terras entre a agricultura exportadora e os minifúndios (p. 160); construção de ferrovias para a exportação de produtos agropecuários do Meio-Norte (p. 168).
Unidade 6 - Região Sudeste	Expansão da cafeicultura da segunda metade do século XIX e parte do século XX (p. 175); desmatamento da Mata Atlântica e do Cerrado se intensifica por conta da expansão da cafeicultura e das “ferrovias do café” (p. 179 e p. 188); destaque da produção de cana-de-açúcar, laranja, amendoim, soja, arroz e milho (p. 194); impactos ambientais e exploração do trabalho na cultura de cana-de-açúcar; pecuária bovina extensiva no Norte de Minas Gerais e pecuária intensiva destinada à produção de leite e derivados no Vale do Paraíba, no sul de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro e no leste do estado de São Paulo (p. 195).
Unidade 7 - Região Sul	Criação de bovinos, equinos e ovinos nos Campos do Rio Grande do Sul no século XVII (p. 205); pesca artesanal nas lagoas costeiras do Rio Grande do Sul (p. 206); favorecimento da agricultura e pecuária por conta do clima subtropical (p. 208); agricultura em pequenos lotes de terra, originando pequenas propriedades rurais (p. 214); menção aos imigrantes que vieram para o Brasil: portugueses açorianos com a



pesca e agricultura de subsistência, italianos com a produção de uva, ucranianos e poloneses com a agricultura e pecuária, japoneses com a cafeicultura (p. 215 e p. 216); intensificação do desmatamento da Mata de Araucárias para a agricultura durante o fluxo migratório alemão, italiano e polonês (p. 221); faxinais seguem um sistema agrossilvipastoril: agricultura, cultura de árvores florestais e criação de gados (p. 222); compactação do solo pelo pisoteio constante de animais na Campanha Gaúcha e erosão do solo, assoreamento de rios, contaminação das águas por agrotóxicos e por excrementos de aves e suínos dos sistemas intensivos no oeste catarinense (p. 225); agricultura moderna: produção de soja, milho, arroz, feijão e trigo, mas também de aveia, centeio, cevada, uva, erva-mate, tabaco, maçã, mandioca e café (p. 229); agroindústria alimentícia que produz vinho, geleias, café solúvel, farinha de trigo, soja, milho, entre outros produtos (p. 230); cultivo de café foi substituído por algodão, cana-de-açúcar, soja e pecuária - a partir do cultivo mecanizado que representou desemprego e migração de pessoas do campo para a cidade (p. 231); cadeia produtiva da avicultura sulina: grandes abatedouros e frigoríficos como viabilizadores do negócio dos pequenos produtores (p. 231).

Unidade 8 - Região Centro-Oeste

Rede hidrográfica favorável para fornecimento de alimentos (p. 239); expansão da fronteira agropecuária por meio de grandes fazendas de gado (p. 241); indígenas utilizados como mão de obra nas fazendas de gado e na produção agrícola após serem expulsos de seus territórios a partir de 1970 (p. 253); expansão das fazendas de gado do oeste paulista para o então Mato Grosso, especialmente a partir da década de 60 (p. 253); expansão da fronteira agrícola como transformadora da economia regional a partir da produção de grãos (p. 254); expansão econômica da região, destacando: Goiás com a produção de sorgo, soja e milho, Mato Grosso com a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas e Mato Grosso do Sul como exportador de carne e produção de soja e milho (p. 259); alterações ambientais causadas pela expansão da fronteira agrícola, como a erosão e compactação do solo, desmatamento e perda da biodiversidade (p. 260); impactos sociais do modelo agroexportador: concentração de terras, intensa migração campo-cidade, agravamento dos problemas urbanos, conflito pelo uso da água e disputas territoriais entre grandes produtores e comunidades tradicionais e indígenas (p. 261); agricultura comercial e agricultura de produtos alimentares: exemplo da redução da cultura de arroz e feijão e de pecuária extensiva para abrir espaço para os canaviais (p. 264).

Fonte: Expedições Geográficas (2022). Org. pelas autoras.

Dessa forma, nota-se que essas características tratam, principalmente, dos processos de concentração de terras e produção agropecuária pelos “grandes” no país, em especial para produção de *commodities*, como a soja e o milho. Ainda, a argumentação que fundamenta as consequências do avanço da produção agropecuária pelo agronegócio destaca os impactos ambientais, que são



importantes, mas se limitam a uma ideia preservacionista, considerando os aspectos naturais por vezes apartados das questões sócio-culturais. Assim, o termo “agronegócio” não é mencionado, ainda que diversas práticas mencionadas sejam causadas pela “expansão da fronteira agropecuária”, ou seja, o próprio agronegócio.

Além disso, foi possível identificar a associação entre o aumento da mecanização e das infraestruturas que sustentam essa grande rede agroexportadora, principalmente de grãos e gado, atreladas à ideia de “modernização”. O primeiro exemplo é utilizado quando, para contextualizar a economia da sub-região Meio-Norte, o livro didático indica que após a década de 70 houve um processo de modernização econômica pois “investimentos foram realizados na agropecuária, principalmente por fazendeiros originários da Região Sul, e no extrativismo vegetal e mineral” (Expedições Geográficas, 2022, p. 167). Assim, esse processo na sub-região é compreendido de forma “positiva”, indicando um discurso que não abrange as consequências da chamada “Revolução Verde”, que coincide com o período que se associa ao início da modernização econômica.

Outra menção à modernização foi encontrada na unidade temática sobre o Sudeste, como uma região que “[...] apresenta atividades agropecuárias e agroindustriais modernas em grandes extensões de terras” (Expedições Geográficas, 2022, p. 193), bem como na unidade temática sobre o Centro-Oeste quando menciona que “[...] os imigrantes transformaram muitos espaços do Centro-Oeste em áreas de agricultura e pecuária modernas”.

Novamente, a modernidade está associada às grandes produções de monocultura e ao agronegócio, com uma noção de tecnologia especializada, principalmente, para a produção de grãos, mas também, compatível com o modelo de exportação. Em uma caracterização sobre o espaço agropecuário da região Sul, também foi encontrado um mapa com duas classificações: mais modernizado e menos modernizado.



Figura 2 - Caracterização do espaço agropecuário a partir da menção de modernidade



Fonte: Expedições Geográficas (2022, p. 216).

Para Bombardi (2023, p. 55), “[...] o avanço da “moderna” agricultura capitalista no país é permeado por casos de violência contra indígenas, quilombolas, camponeses e trabalhadores rurais, além de contaminação química dos povos, dos solos e das águas”. Ou seja, o livro privilegia um discurso que reproduz a ideia de modernidade como favorável à economia vinculada ao modelo agroexportador, mas, que desconsidera e invisibiliza as consequências ambientais e sociais associadas à questão alimentar.

Nesse sentido, o livro apresenta a questão alimentar enaltecendo o modelo do agronegócio, a partir de subtítulos como “tecnologias disruptivas impactam o agro brasileiro”, no qual aborda a importância de drones e softwares “que provocam uma ruptura com os padrões ou modelos já estabelecidos, trazendo melhorias na agilidade, precisão e relação custo-benefício dos processos de trabalho” (Expedições Geográficas, 2022, p. 195).



Figura 3 - Agricultor opera drone em plantação no município de Eldorado, MS



Fonte: Expedições Geográficas (2022, p. 195).

Em relação aos povos tradicionais e à questão alimentar, foi mencionado sobre a importância das lagoas costeiras como “criadouros de muitos animais marinhos, como “tainha, camarão, etc” no Rio Grande do Sul (Expedições Geográficas, 2022, p. 206). Na unidade temática sobre a Região Norte, as comunidades tradicionais são brevemente mencionadas como atingidas pelo processo de expansão da fronteira agropecuária, principalmente, causando a disputa por territórios entre diferentes grupos (Expedições Geográficas, 2022).

Figura 4 - Barcos de pesca artesanal na margem da Lagoa dos Patos em São José do Norte, RS



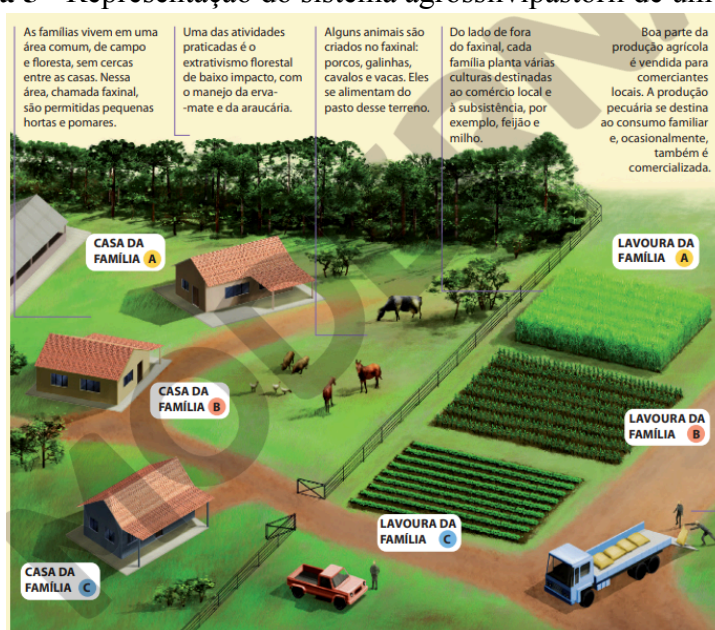
Fonte: Expedições Geográficas (2022, p. 206).

Ademais, os povos tradicionais não são apresentados quanto à sua diversidade de alimentos



e os impactos sentidos por esse sistema agroalimentar dominante. O único povo que foi apresentado com maior detalhamento quanto à sua dinâmica alimentar foram os faxinalenses, em uma representação gráfica de seu sistema agrossilvipastoril. Assim, a ausência da dinâmica alimentar dos povos tradicionais parte de uma metodologia que apresenta apenas a dimensão do agronegócio, sem possibilitar o conhecimento sobre a riqueza alimentar desses povos.

Figura 5 - Representação do sistema agrossilvipastoril de um faxinal



Fonte: Expedições Geográficas (2022, p. 210).

Para Vandana Shiva, o atual modelo de exportação integra uma noção de “monocultura da mente”, que não permite a pluralidade de caminhos para o conhecimento da natureza e do universo, pois o saber científico ocidental é dominante e integra uma visão globalizada, que faz desaparecer o espaço das alternativas locais - os sistemas locais de saber multidimensionais (Shiva, 2003). Assim, considerando a necessidade de modelos de alimentação diversificados, entende-se que o modelo agroexportador dominante predomina nos conteúdos do livro, reproduzindo a ideia de uma monocultura da mente sem caracterizar a diversidade dos sistemas locais de alimentação.

Em outra seção aborda sobre “Consumo consciente e educação financeira”, na qual sugere ao estudante ir ao supermercado e “anotar em uma lista os itens de que precisa e escolher os produtos em promoção e os alimentos de época, que são mais baratos” (Expedições Geográficas, 2022, p. 90), sem trazer maior aprofundamento sobre os modelos de produção de alimentos e por



quê há variação nos preços dos alimentos, inserindo, portanto, a discussão no âmbito da geopolítica mundial e do 'Supermercadismo' e da concentração do varejo alimentar (Cavalcanti, 2018).

A dinâmica global da alimentação está caracterizada pela financeirização da cadeia do setor de alimentação, desde o controle das sementes, o mercado de agrotóxicos pelas mesmas corporações que controlam as sementes transgênicas e o envenenamento de terrenos por agrotóxicos, passando pela distribuição de alimentos pelos gigantes corporativos, as “Big food” - transnacionais do mercado mundial de alimentos e bebidas como a Pepsico e a Nestlé - e o oligopólio de distribuição pelas grandes empresas (Lizarraga e Filho, 2023, p. 43). Esse controle da semente à comercialização final está incluída na lógica da cadeia agroindustrial, seguindo uma economia global de mercado em uma sequência linear de várias fases que controla a política de alimentação (ETC Group, 2017).

O uso de agrotóxicos para a produção de alimentos também não é evidenciado no livro. No Percurso 27, intitulado “Região Sul: problemas ambientais”, inicialmente o livro aborda sobre os problemas ambientais nas bacias hidrográficas e insere uma imagem de pulverização de agrotóxicos, sem considerações extras sobre esses impactos.

Figura 6 - Pulverização de agrotóxicos em plantação na zona rural do município de Arroio do Tigre, RS



Fonte: Expedições Geográficas (2022, p. 223).

A utilização de agrotóxicos no Brasil é uma discussão central e pode ser interpretada a partir da ideia de “colonialismo químico”, conceito trabalhado por Bombardi (2023 p. 53), que consiste neste movimento do capital no qual “[...] indústrias sediadas em países centrais do sistema



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

econômico internacional vendem agrotóxicos proibidos em seus próprios territórios para países do Sul global, particularmente da América Latina”. Assim, a dinâmica entre esse modelo econômico e a garantia da alimentação em sua totalidade se constitui como uma falácia:

Nisso se constitui o abismo, essa *geografia do abismo*, esse trágico momento-mundo, em que empresas sediadas no hemisfério Norte, com a falaciosa justificativa de alimentar o mundo, lucram com a produção e a venda de substâncias que afetam a população de forma absolutamente desigual: são os do Sul, os pretos, os indígenas, as mulheres os que mais sofrem. Não apenas o problema da fome persiste como, além de famintos, estamos envenenados, com nossos ecossistemas igualmente contaminados (Bombardi, 2023, p. 65).

O modelo, batizado de “supermercadismo”, ganhou força a partir de 1990 e se consolidou pela penetração de transnacionais como Walmart, Carrefour e o Grupo Casino (proprietário, no Brasil, do Assaí, do Pão de Açúcar, do Compre Bem e do Extra). A concentração do varejo alimentar em poucas redes transnacionais impacta diretamente a cadeia de produção e a precarização do trabalho. Esse modelo de produção em larga escala, focado no lucro, contrasta com as lógicas de produção da agricultura familiar e das feiras livres, que priorizam a diversidade e a proximidade. A lógica do “supermercadismo” contribui para a desigualdade no acesso a alimentos saudáveis, uma vez que a escolha dos produtos disponíveis reflete as prioridades do mercado e não necessariamente as necessidades da população (Cavalcanti, 2018).

Em ambos os livros didáticos não há a menção do papel dos movimentos sociais no combate à fome, tais como, através das cozinhas solidárias⁶, onde movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) organizam cozinhas comunitárias para distribuir alimentos, atuando como “práticas socioespaciais de resistência” (Lunardon, 2023) no campo e na cidade. Essas cozinhas se tornaram espaços de organização coletiva, fortalecendo laços de solidariedade e criando um sentido compartilhado de luta e esperança.

Dessa forma, legitima-se a importância de uma abordagem crítica dos temas que envolvem a questão alimentar no ensino de Geografia, a fim de romper com o discurso do agronegócio enquanto modelo único de produção. Concomitante a isso, garantir que outras perspectivas de alimentação possam ser consideradas, como é o caso da Agroecologia, que está pautada em relações

⁶ As cozinhas solidárias foram criadas no contexto da pandemia de Covid-19. Se destacam como verdadeiros refúgios de solidariedade, promovendo a distribuição massiva de refeições saudáveis e agroecológicas. Atendem a necessidade básica de alimentação e são agentes de transformação social. (MST, 2023).



mais justas entre as pessoas e com a terra, de forma a garantir uma alimentação diversificada, saudável e acessível baseada na concepção de soberania alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o livro *Araribá mais Geografia* (2022) e o livro *Expedições Geográficas* (2022) apresentaram uma perspectiva superficial sobre a questão alimentar, tendo em vista que apenas a menção do que é agricultura familiar e o que é agronegócio não é o suficiente para pensar a alimentação de forma crítica.

Os livros didáticos utilizados na rede estadual paranaense são atravessados pela Pedagogia do Agronegócio, isto é, por um “[...] complexo e abrangente processo organizativo-político-econômico-pedagógico de atuação dos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio” (Leite, 2023, p. 229), que neste caso, atuam na educação pública do Estado, buscando produzir um consenso na sociedade para consolidar a hegemonia do setor e assim defender seus próprios interesses políticos e econômicos.

Apesar de temas importantes serem tratados, existe a ausência da abordagem crítica acerca das relações e tensionamentos que atravessam a questão alimentar, tais como, o papel preponderante das mulheres na produção de alimentos e a economia solidária, além da ausência da multidimensionalidade da questão agrária (OQA-PR, 2021), que envolve pensar o problema histórico e estrutural da questão agrária a partir da dimensão de classe, raça, gênero e natureza. Isto indica a ausência de evidenciar os povos do campo enquanto atores fundamentais na produção de alimentos saudáveis, o que, na concepção de Arroyo (2013) trata-se de um “esquecimento” que não é ingênuo, mas que detém uma intencionalidade política, um mecanismo histórico de “mantê-los ausentes, inexistentes como sujeitos sociais, políticos, culturais e intelectuais” (Arroyo, 2013, p. 143).

Neste sentido, importa ressaltar que disputar o currículo se faz necessário à medida que a questão alimentar não está presente de maneira a contemplar sua complexidade e potencialidade, pois não aprofunda sobre as problemáticas que envolvem a alimentação e a relação com o agronegócio enquanto lógica capitalista. Ribeiro Júnior (2012, p. 115) explica que “as práticas alimentares são práticas espaciais, uma vez que é impossível compreender a produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos sem a consideração do espaço no qual elas se realizam”. Sendo



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

assim, a reflexão crítica deve ser um caminho para pensar a questão alimentar no espaço, especialmente a partir das práticas alimentares e sua transversalidade com o modelo econômico predominante e as relações sociais e culturais presentes no território.

REFERÊNCIAS

ARARIBÁ MAIS GEOGRAFIA 7º ANO. **Araribá conecta Geografia**. 7º ano: manual do professor. 1 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2022.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BARROS, I. F. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.136>> Acesso em: 10 nov. 2025.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Editora Elefante, 2023. 108 p.

CAVALCANTI, H. B. **Reestruturação comercial e precarização do trabalho**: as grandes redes de supermercados na cidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10042019-103910/pt-br.php>> Acesso em: 10 nov. 2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean. Et. al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

ETC Group. **¿Quién nos alimentará?**: ¿La red campesina alimentaria o la cadena agroindustrial?. 3. ed. 2017. Disponível em: <https://www.etcgroup.org/es/quien_alimentara> Acesso em: 02 ago. 2025.

EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS 7º ANO. **Expedições Geográficas**: 7º ano: manual do professor. 4 ed. São Paulo: Editora Moderna, 2022.

GIROTTO, E. D. Dos PCNS a BNCC: O ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/23781>> Acesso em: 02 ago. 2025.



LEITE, V. J.. **A ofensiva do programa político e educacional do agronegócio na educação pública.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2023. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/doutorado-a-ofensiva-do-programa-politico-e-educacional-do-agronegocio-na-educacao-publica/>> Acesso em: 02 ago. 2025.

LIZARRAGA, P; FILHO, J. P. **Atlas dos sistemas alimentares do Cone Sul.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2024. Disponível em: <https://rosalux.org.br/livro/atlas-dos-sistemas-alimentares-do-cone-sul/>. Acesso em: 25 abril 2025.

LUNARDON, K. A. F. Cozinhas comunitárias e práticas socioespaciais de resistência: entre a luta cotidiana e os horizontes de transformação. **Revista Tamoios**, v. 19, n. 2, p. 100-117, jul-dez. 2023. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/76240>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cozinhas Populares: solidariedade que alimenta corações e estômagos**, 2023. Disponível em: <<https://mst.org.br/2023/12/15/cozinhas-populares-solidariedade-que-alimenta-coracoes-e-estomagos/>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

OQA-PR. Observatório da Questão Agrária no Paraná. **Atlas da questão agrária no Paraná: diálogos em construção.** (Org.). Naviraí, MS Ipuvaíva, 2021. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/atlas-da-questao-agraria-no-parana-dialogos-em-construcao/>> Acesso em: 02 ago. 2025.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Insegurança Alimentar (PENSSAN). **II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2022.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Insegurança Alimentar (PENSSAN). **Relatório da Rede Penssan**, 2023.

RIBEIRO JÚNIOR, J. R. S. Urbanização crítica e alienação das práticas alimentares. **Agrária**, São Paulo, n. 17, p. 104-131, 2012. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/agraria/article/view/83623>> Acesso em: 02 ago. 2025.

SHIVA, V. Monoculturas da mente. *In*: SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003. p. 21-83.